

Deputados querem poder sabatinar indicados ao STF

Atualmente, função é de exclusividade dos senadores. PEC também sugere limitar em dez anos o mandato dos ministros do Supremo

Integrantes da oposição na Câmara articulam a apresentação de uma proposta que sugere que deputados dividam com os senadores o poder de sabatinar indicados ao Supremo Tribunal Federal (STF). Atualmente, somente os membros do Senado participam do processo de aprovação de um nome à Suprema Corte. A PEC (proposta de emenda à Constituição) também sugere mandato de dez anos para os ministros do STF, segundo detalha reportagem do R7.

A sugestão faz parte de um conjunto de proposições “anti-STF” que tem ganhado força nos últimos meses em razão do conflito de competências entre o Legislativo e o Judiciário. Isso porque uma ala de parlamentares julga que os ministros têm atuado para invalidar leis aprovadas no Congresso.

A proposta em questão ganhou o apelido de “PEC do resgate parlamentar”. O deputado Gustavo Gayer (PL-GO) é quem tem buscado apoio para a apresentação do texto. Uma PEC só pode ser protocolada com a as-

sinatura de, no mínimo, 171 deputados. A movimentação acontece em um momento de tensão entre o Parlamento e o Judiciário devido às operações policiais autorizadas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, que mirou deputados da oposição recentemente.

OUTROS TEXTOS. Atualmente, duas PECs que tratam da limitação dos poderes dos ministros da Suprema Corte estão em tramitação no Congresso. Uma delas limita decisões monocráticas e pedidos de vista nos tribunais superiores. Em linhas gerais, impede que decisões tomadas por um ministro do Supremo suspendam a vigência de leis ou atos dos presidentes da República, do Senado e da Câmara. Essa proposta tem sido defendida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sob o argumento de que a matéria ajuda a “equilibrar os Poderes”. O texto recebeu aval dos senadores em novembro do ano passado e seguiu para a Câmara.

Um outro texto trata da ele-

vação da idade mínima e a instituição de mandato com prazo fixo. Assim, os ministros do STF só poderiam ficar oito anos na função, sem direito à recondução. Atualmente, o indicado precisa ter entre 35 e 70 anos e pode ficar no cargo até completar 75 anos.

Há uma terceira proposta, mas esta trata da limitação do acesso ao Supremo por parte de partidos políticos. A ideia já foi defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e tem a simpatia do ministro do STF Gilmar Mendes. Por isso, é vista como a proposta mais viável. O texto é de autoria do deputado Marcos Pereira (Republicanos), vice-presidente da Câmara, e tem sido chamado de “PL da Moderação dos Poderes”. O projeto prevê que somente siglas que alcançarem a cláusula de desempenho nas eleições terão direito a ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) no STF. Isso vai reduzir o poder de partidos menores.

PODE ESBARRAR NA CONSTITUIÇÃO

Projeto busca indenização por falta de luz

CELSO BENDER / ALRS / CP

FELIPE NABINGER

As constantes falhas nos serviços de distribuição de energia, como o que chegou a deixar 1,1 milhão de economias sem luz em janeiro, seguem provocando reações na Assembleia. Entre os projetos protocolados neste ano está o PL 11, da deputada Adriana Lara (PL), que defende cobranças automáticas de multas para quem ficar a partir de 24 horas sem luz. No entanto, a proposta pode esbarrar na Constituição.

Na justificativa, ela diz que a proposta busca “garantir uma compensação justa aos consumidores pelos períodos de interrupção, incentivando as distribuidoras de energia elétrica a investirem em melhorias na qualidade do serviço prestado e a priorizarem a manutenção preventiva de suas redes”. “É um projeto que já tramita também no Rio de Janeiro, porque a concessionária lá também não é das melhores. Trouxemos para cá, protocolamos, vou discutir com meus pares, certamente vai sofrer emendas e alterações, mas é um instrumento de pressão para a empresa”, afirmou.

O texto prevê indenização



Adriana Lara quer ressarcimentos

de 10% do valor da fatura no período afetado em casos de falta de luz de 24 a 48 horas, de 30% para períodos de 48 a 72 horas e de 50% acima deste tempo sem energia elétrica no Rio Grande do Sul.

O professor da Faculdade de Direito e coordenador do Observatório da Regulação da Faculdade de Direito da UFRGS, Rafael Maffini, vê questões que entende como inconstitucionais na proposta, independente do conteúdo e do mérito do projeto. “A primeira delas decorre do fato de que o sistema de dis-

tribuição constitucional de competências reconhece a atribuição privativa da União para legislar sobre energia elétrica e para definir os termos da exploração do serviço de seu fornecimento, inclusive sob regime de concessão, sendo dela – e não dos Estados, DF ou Municípios – o interesse predominante sobre a matéria.”

Por se tratar de concessão de energia elétrica, a legislação prevendo multas às concessionárias estaria acima da esfera do Legislativo estadual. A Lei Federal 14.052, de 8 de setembro de 2020, prevê a aplicação de multa em benefício do usuário final com base em indicadores do serviço. A própria justificativa do projeto de Adriana lembra desta lei, visando “sanar o não estabelecimento de valores pecuniários estimáveis”. No entendimento de Maffini ainda há outra inconstitucionalidade no texto ao condicionar à Agergs a fiscalização e cumprimento do que está previsto no projeto. “A outra inconstitucionalidade consiste na atribuição de competência originária à Agergs, uma vez que a agência regulatória estadual atua por delegação de competências que são, originariamente, da Aneel.”



TALINE OPPITZ

POR MAUREN XAVIER | INTERINA
mxavier@correiodopovo.com.br

Audiências para pressionar

Nesta quinta-feira, duas comissões da Assembleia Legislativa - a de Agricultura e a de Segurança e Serviços Públicos - deverão votar 15 requerimentos para a realização de audiências públicas sobre a qualidade dos serviços das concessionárias de energia elétrica, leia-se CEEE Equatorial e RGE. E esses pedidos não são os únicos. A comissão de Defesa do Consumidor, que terá reunião apenas na outra semana, também tem uma dezena de solicitações similares protocoladas. Esses requerimentos representam movimento de pressão contra as concessionárias de energia elétrica e que ganhou força há quase um mês, quando um forte temporal atingiu o Rio Grande do Sul e milhares de clientes ficaram dias sem fornecimento. A dúvida que fica é a efetividade dessas audiências públicas. Isso porque no ano passado encontros desse mesmo tipo ocorreram e os resultados não foram efetivos. Esse inclusive é um dos argumentos apresentados pelo deputado Miguel Rossetto (PT), que tenta conseguir as assinaturas necessárias para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com a finalidade de apurar a qualidade de dos serviços prestados pelas empresas. São necessárias 19 assinaturas e, até o momento, foram obtidas 18 adesões. Inclusive, ontem, Rossetto foi às redes sociais relatar mais um episódio envolvendo a CEEE Equatorial. Segundo ele, uma equipe rompeu um cabo e deixou parte do campus do Vale da Ufrgs sem energia, o que afetaria inclusive experimentos de pesquisa. A CEEE Equatorial, em nota, explicou que o rompimento foi provocado por uma equipe da CPFL Energia e que está auxiliando no reparo. Em tempo: em outra frente, deputados da base governistas e contrários à CPI tentam viabilizar uma Comissão Especial. Porém, situação ainda está emperrada por falta de quatro adesões. Neste caso são necessárias 37 assinaturas.

Renata Abreu lançará nome em Santa Cruz

A presidente nacional do Podemos, a deputada federal por São Paulo, Renata Abreu, vem ao Rio Grande do Sul, nesta quinta-feira, para compromissos do partido ligados à eleição de 2024. Um dos eventos será em Santa Cruz do Sul, onde participará de um encontro regional do partido no Vale do Rio Pardo. Na oportunidade é esperada a confirmação como pré-candidata à prefeitura da vereadora Nicole Weber. O que chama atenção é que Nicole é noiva do deputado federal Covatti Filho, presidente estadual do PP, partido de Helena Hermany, atual prefeita e pré-candidata a reeleição. Antes, na agenda, está um almoço em Guaíba, município de Deisi Maranata, presidente estadual do Podemos Mulher, e primeira-dama. Há uma expectativa que Marcelo Maranata (PDT) possa migrar para o partido para disputar a reeleição.

South Summit Brazil terá versão regional

A terceira edição do South Summit Brazil em Porto Alegre terá uma novidade. Além do evento oficial na Capital, que ocorre entre 20 e 22 de março, serão realizadas até lá encontros regionais. Os eventos preparatórios estão previstos para acontecer em Pelotas, Caxias do Sul, Panambi e Capão da Canoa. Segundo o vice-governador Gabriel Souza, responsável pelo Gabinete de Projetos Especiais (GPE), do qual o evento faz parte, os encontros são novidades desta edição.

APARTES

■ A Atricon (Associação dos membros dos Tribunais de Contas do Brasil) emitiu nota, assinada pelo presidente, o conselheiro Cezar Miola, recomendando que os TCEs promovam, com a utilização de linguagem simples, ações de orientação e de comunicação que difundam o conhecimento dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os concernentes a mulheres, crianças, adolescentes e idosos.

■ Nesta quarta-feira, o grande exposto da Assembleia será ocupado pela deputada Luciana Genro (PSol), que irá abordar a situação dos brigadianos de nível médio.

■ A expectativa na Câmara de Porto Alegre é que a CPI para apurar os serviços da CEEE Equatorial deverá ser instalada na quinta-feira da próxima semana, segundo prevê a autora do pedido, vereadora Claudia Araújo (PSD).

Colaborou Felipe Nabinger